



CONTRATO Nº ____/2025
PAD 20334/2024

MINUTA DE CONTRATO

Anexo IV

CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTÍNUO, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o Aviso de Dispensa Eletrônica nº ____/____, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede em, na Rua, nº, bairro, CEP:, telefone: (....)-....., e-mail:, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Aquisição e instalação (para os IDs 13 a 16), de placas de homenagem, placas de inauguração, plaquetas de identificação, molduras e “letras caixas”, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência.

2.2 - Local de entrega e/ou instalação: Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho.

2.3 - Prazo de Entrega: A entrega e a instalação, quando houver, de cada pedido deverão ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do serviço, que será realizada por e-mail institucional, com aviso de recebimento.

2.4 - De acordo com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, esta contratação será realizada pelo regime de fornecimento contínuo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência- Anexo I, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, preferencialmente dentro de 1 (um) mês, admitida prorrogação motivada, por igual período;

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

4.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite do valor da dispensa, nos termos do art. 75, II, c/c os art. art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou ser extinto antecipadamente, a critério do Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES:

Elementos de despesa: _____.____.____.

Nota de Empenho 2025NE..... de ____/____/2025;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 460929

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para o período de **1(um) ano**, em consonância com a proposta apresentada na licitação, sob uma previsão contratual de R\$ (.....), conforme a seguir especificado:

| ID | ESPECIFICAÇÃO GERAL | UNIDADE DE MEDIDA | Qtde | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|----|--|-------------------|------|----------------|-------------|
| 1 | Moldura em alumínio anodizado preto, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm | Unidade | 10 | | |
| 2 | Moldura em alumínio anodizado dourado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm | Unidade | 18 | | |
| 3 | Moldura em alumínio anodizado prateado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm | Unidade | 15 | | |
| 4 | Moldura em alumínio anodizado preto, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 52 x 40 cm | Unidade | 10 | | |
| 5 | Moldura em alumínio anodizado dourado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 52 x 40 cm | Unidade | 10 | | |
| 6 | Moldura em alumínio anodizado prateado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, antirrisco e antirreflexo | Unidade | 10 | | |

| | | | | | |
|-----------|---|---------|----|--|--|
| | para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 52 x 40 cm | | | | |
| 7 | Plaqueta de identificação fotogravada em aço anodizado na cor dourada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior). Tamanho: 2 x 6 cm | Unidade | 15 | | |
| 8 | Plaqueta de identificação fotogravada em aço anodizado na cor prateada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior). Tamanho: 2 x 6 cm | Unidade | 15 | | |
| 9 | Plaqueta de identificação fotogravada em aço anodizado na cor dourada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior). Tamanho: 5 x 7 cm | Unidade | 18 | | |
| 10 | Plaqueta de identificação fotogravada em aço anodizado na cor prateada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior). Tamanho: 5 x 7 cm | Unidade | 15 | | |
| 11 | Placa de homenagem em aço anodizado na cor prata (fotogravação textual na cor preta), fixada em base aveludada (na mesma cor do estojo) acondicionada em estojo em veludo na cor preto com fecho em aço. Tamanho da placa: 17x12 cm Tamanho do estojo em veludo: 19 x 14 cm | Kits | 15 | | |
| 12 | Placa de homenagem em aço anodizado na cor dourada (fotogravação textual na cor preta), fixada em base aveludada (na mesma cor do estojo) acondicionada em estojo | Kits | 15 | | |

| | | | | | |
|----|--|---------|----|--|--|
| | em veludo na cor preto com fecho em aço. Tamanho da placa: 17x12 cm Tamanho do estojo em veludo: 19 x 14 cm | | | | |
| 13 | Placa de inauguração de obras públicas, reformas/ampliação de espaços, em aço anodizado com inscrição em baixo relevo, com brasão da república, devidamente instalada. Tamanho: 80x50cm | Unidade | 5 | | |
| 14 | Placa de inauguração de obras públicas, reformas/ampliação de espaços, em aço anodizado com inscrição em baixo relevo, com brasão da república, devidamente instalada. Tamanho: 1,20x40cm | Unidade | 5 | | |
| 15 | Letra caixa em aço inoxidável escovado, fonte arial, para identificação de locais, galerias, para atendimento de eventos. Com instalação. Liga 304 de 1mm Altura: 13 (treze) cm Espessura: 2 (dois) cm Profundidade: 3 (três) cm | Unidade | 35 | | |
| 16 | Letra caixa em aço inoxidável, fonte arial, para identificação de locais, galerias, para atendimento de eventos. Com instalação. Liga 304 de 1mm Altura: 06 (seis) cm Espessura: 2 (dois) cm Profundidade: 3 (três) cm | Unidade | 35 | | |
| 17 | Moldura de alumínio preta com <i>passepartout</i> de 3 cm na cor branca, vidro antirreflexo e fundo em eucatex mdf | Unidade | 10 | | |

| | | | | | |
|-------------|--------------------|--|--|--|--|
| | Tamanho: 36 x 31cm | | | | |
| Valor Total | | | | | |

7.2 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.2.1 - O pagamento será processado em parcela única, após o recebimento definitivo de cada pedido, condicionado ao envio da nota fiscal pela contratada.

7.2.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.3 - O documento deverá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço cerimonial@tre-pr.jus.br.

7.4 - O CNPJ da Contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.5 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.6 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** após o recebimento definitivo do material objeto do pedido.

7.7 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

7.7.1 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

7.7.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

7.8 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.9 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

7.9.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.10 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo (s).

7.11 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.13 - Da regularidade fiscal:

7.13.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.13.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.13.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

7.13.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.13.2.1 - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do orçamento ocorrido em 10/12/2024 (doc. PAD 465150/2024).

8.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

9.2 - Quanto ao **recebimento** do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

9.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

9.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1 - Conforme o disposto no inciso I do item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

10.2.1.1 - São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

| | Relação de descumprimentos |
|---|--|
| 1 | Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso; |
| 2 | Atraso na entrega de documentos necessários; |
| 3 | Não emitir a nota fiscal dentro do prazo; |
| 4 | Encaminhar nota fiscal em desacordo. |

10.2.1.2 - A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

| Graduação da sanção | Descumprimento | Dosimetria e a base de incidência |
|---------------------|---|---|
| MÉDIA | a) Multa moratória pelo atraso na entrega do objeto, limitado a 10 (dez) dias . a.1) Excepcionalmente, a partir do 11º (décimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto ou item (ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima. | 0,5% (meio por cento) ao dia , incidindo sobre o valor do(s) item (ns) em atraso. |
| GRAVE | b) Multa compensatória em razão de: b.1) fornecimento em desacordo com o solicitado; b.2) recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresenta quaisquer defeitos. b.3) não substituição do (s) bem (ns) em desacordo com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 5 (cinco) dias da notificação. b.4) Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “a.1”. | 15% (quinze por cento), sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s). |
| | c) Não observância das normas relativas à Lei nº. 13.709/2018 - LGPD, conforme Termo de Referência – Anexo I; | 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. |
| GRAVÍSSIMA | d) Multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega de nenhum dos pedidos efetivados. | 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato |

10.2.1.3 - Será aplicada a sanção de Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b) inexecução total do contrato.
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

10.2.1.4 - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

10.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à

Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficarão o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2025.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.